

MEIO AMBIENTE E ESCOLA: DA INTERNALIZAÇÃO À FORMAÇÃO DE CONSCIÊNCIA

Janari Rui Negreiros da Silva¹

Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas

janari@cefetam.edu.br

RESUMO

Este trabalho visa, sobremaneira, refletir acerca da relação entre as diversas demandas originárias da crise ambiental, sua internalização pela Escola e implicações com a necessidade de conservação e preservação da natureza como bem maior da humanidade.

Palavras-chave: escola; meio ambiente; formação de consciência.

ABSTRACT

This work is aimed, particularly, on the reflection over the relationship between the various demands from the environmental crisis, its internalization by the School and the implications with the need for conservation and preservation of nature as the most important heritage of humanity.

Key words: school; environment; conscience.

¹Professor vinculado ao CEFET-AM. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

INTRODUÇÃO

Para materializarmos tal questão, é necessário compreendermos que na trajetória histórica das ideologias vamos nos deparar com inúmeros exemplos de idéias e visões de mundo que atingiram certa maleabilidade de interação com o imaginário coletivo se apresentando como verdades evidentes e naturais.

Com o passar do tempo, porém, por meio da própria dinâmica dessa evolução histórica, sempre surgiram elementos para contradizerem parte do elenco dessas “verdades” oficiais, demonstrando que não eram tão evidentes e que seu predomínio se devia menos a sua veracidade intrínseca do que ao fato de servirem às estruturas de dominação econômico-social daqueles períodos históricos.

Nos dias de hoje podemos perceber a existência de uma ideologia extremamente difundida, elevada quase à categoria de dogma. É vigente em países ricos e pobres, e está na base de quase todas as políticas econômicas efetivadas no mundo atual. Trata-se da tese do crescimento econômico ilimitado, que expressa o desenvolvimento acelerado e sem limites da produção material não só é possível e necessário, como também define o próprio nível de “progresso” de um país. É a partir dessa ideologia que se estabelece a visão linear e reducionista que classifica os países “em desenvolvidos” e “em desenvolvimento”, de acordo basicamente com o nível quantitativo da sua produção material, quase nunca levando em conta a qualidade humana, o meio ambiente e o tipo de distribuição social dessa produção.

Um exemplo típico dessa mentalidade é o próprio índice consagrado para medir o desenvolvimento econômico, o “PIB” (Produto Interno Bruto). Esse índice registra apenas a criação positiva de produção econômica, não levando em conta sua natureza social ou seus efeitos sobre o meio ambiente. Assim, por exemplo, a derrubada comercial de uma floresta, ou a exploração até o esgotamento de um poço de petróleo, são contabilizadas no PNB apenas como criação positiva de riqueza, sem que se desconte a perda definitiva de bens naturais de

valor incalculável, isso quer dizer, que a cada ação benéfica à ótica do progresso capitalista, cinco ou mais ações negativas interferem diretamente na condição dos ecossistemas do planeta.

A REALIDADE AMBIENTAL NO DESDOBRAMENTO DA CRISE

O consenso entre os ecologistas é que a crise mundial pela qual estamos passando conduz a um questionamento profundo da ideologia do crescimento. Isso demonstra que não é possível uma economia de crescimento ilimitado num planeta de recursos finitos e limitados.

Pode-se destacar, a partir daí, a incompatibilidade entre preservação do meio ambiente e o acúmulo privilegiado de riquezas, e não entre aquela e o desenvolvimento, pois o desenvolvimento de uma nação não se faz amontoando riquezas: desenvolvimento é tudo o que traz felicidade a um povo e não será feliz o povo que tiver suas matas destruídas, sua paisagem alterada e sua saúde corrompida. (BRANCO, 1997, p.5).

O século XXI trouxe, como herança do passado, os debates e as preocupações que a humanidade vem enfrentando com a dilapidação do meio ambiente, em virtude de um desenvolvimento acelerado. Esses debates tiveram voga em nível internacional e manifestaram-se em conferências, fóruns, convenções etc., que sedimentaram diretrizes e acordos que passaram a orientar as políticas ambientais de todos os países membros das Nações Unidas.

Não se pode negar que as conferências promovidas pela ONU têm suas diretrizes articuladas com os países dominantes, que derivam o ônus pela degradação ambiental aos países subdesenvolvidos. É sabido que o citado processo de produção é capitaneado pelas empresas transnacionais dos países desenvolvidos.

Segundo CARDOSO (2002), torna-se difícil conciliar o desenvolvimento econômico

atual e o meio ambiente, uma vez que a matéria-prima para a produção é oriunda da natureza. Além do fato de que o problema não está somente na racionalidade ecológica, senão também no acesso social aos bens naturais, a distribuição de riqueza, enfim, à equidade social e outras variáveis relacionadas.

Como se pode observar, o discurso do desenvolvimento passou a ser a nova ideologia da classe dominante, para restringir o desenvolvimento dos países periféricos, dando continuidade ao mito do desenvolvimento tão propagado na década de setenta, uma vez que a produção continua orientada pela lógica do capital.

No que diz respeito a ações no campo da educação, o Ministério da Educação (MEC, 1999) apresenta os Parâmetros Curriculares Nacionais como indicadores a serem considerados no âmbito do meio ambiente, discutidos e implementados no seio da escola. Entre estes, destaca-se o de contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidirem e atuarem sobre a realidade sócio-ambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global.

Para isso, é necessário que mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com formação de valores, devendo a temática ambiental ser tratada em todas as disciplinas do currículo, integrando-se ao processo educacional como um tema transversal e interdisciplinar, que permeie os diversos conteúdos disciplinares.

Não obstante, é necessário refletir sobre as bases ideológicas das concepções que sustentam as formulações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, para não cair no “ecologismo”, nem aceitar, de forma acrítica, concepções que se articulam com o atual modelo de produção que gera degradação em todos os sentidos.

Os PCN, assim conhecidos, sofreram críticas, principalmente pelo seu processo de elaboração, que se deu por pessoas que apenas operavam em gabinetes. E, além disso, referiam-se à sua falta de flexibilidade, o que segundo especialistas, não são parâmetros e, sim, currículos nacionais.

Segundo CARDOSO (2002), não se pode negar a importância desses livros que servem de orientação para os professores que se viram perdidos no processo de elaboração dos seus planos de ensino, com a introdução dos temas transversais. Todavia, as utilizações dos mesmos ainda não se tornaram partícipes de currículos.

A Constituição Federal de 1988 prescreve que toda educação visa ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Tal norma é refletida no âmbito da LDB nº. 9394/96, em seu artigo 2º, que trata dos princípios e fins da Educação, quando diz que: “A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento de educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Para atender aos princípios contidos nos dispositivos anteriormente citados, a Escola deve agregar à sua prática pedagógica os temas transversais pertinentes à questão ambiental, uma vez que não representam somente um aparelho de transmissão de conhecimentos, senão também valores éticos, solidários e afetivos. Nesse sentido, com a mudança de comportamento do ser humano, impulsionado por um processo educacional em todos os seus níveis, será possível a efetivação de um modelo de desenvolvimento sustentado por paradigmas de proteção ambiental.

O Brasil possui uma economia caracterizada pela eminente prática especulativa em detrimento da produção, esta, permeada pelo modelo neoliberal idealizador da política educacional vigente, onde o cidadão torna-se cliente e a Escola, locus de formação e saber, passa a tomar características de empresa privada, condição que forma somente mão-de-obra e consumidores fetichistas e não o que exige a crise ambiental; cidadãos conscientes e críticos.

Para Cardoso (2002) não é, pois, em vão que o discurso de que as escolas são competentes para atender às necessidades deste mercado

está tão em voga, exigindo dessas instituições atrelamento à teoria da Qualidade Total^{*} e uma maior competitividade entre os indivíduos. Um discurso que justifica a exclusão e a exploração, na medida em que o indivíduo está fora do mercado de trabalho por falta de competência e, acirra o individualismo, que o homem só é reconhecido enquanto produz.

Na compreensão de FREIRE (1987), na visão bancária de educação, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Nesse sentido, a escola constitui-se, muitas vezes, em aparelho ideológico da classe dominante, porém devemos pensá-la num contexto mais amplo, no âmbito das relações sociais com o mundo do trabalho e com o ambiente natural e cultural.

É necessário uma educação de base que desenvolva uma consciência crítica sobre os problemas ambientais; que as atividades antrópicas vêm causando à escola como espaço que promova o saber e as mudanças na relação homem/sociedade/natureza.

Enfatiza Ortiz Sarabia (1999) que, quando ensinamos na escola às crianças e adolescentes, não fazemos nenhuma menção e/ou apreciação das categorias e elementos que formam parte do meio ambiente, os quais não são contextualizados, nem tampouco levados em consideração na maior parte dos conteúdos curriculares.

Informa, ainda, que a reflexão sobre a questão ambiental é desenvolvida como se fosse apenas um conjunto de conceitos e constatações isoladas do mundo real e do ambiente físico e ecológico que os rodeia.

A escola é também um local que promove mudanças na sociedade, sendo capaz de modificar a relação homem / sociedade / natureza, a partir de uma igualdade social. Por tudo isso, a intensificação de processos educacionais, assumindo a educação ambiental

como ferramenta, devem representar a base de uma economia auto-sustentável, não significando, contudo, um discurso preservacionista e/ou conservadorista, uma vez que a questão ambiental envolve consciência, utopia, conhecimento ecológico e desenvolvimento de atividades produtivas para satisfazerem as necessidades humanas. A escola, enquanto instituição, necessita ser a primeira a se insurgir nesta renovada realidade.

Percebe-se que a escola enfatiza o conhecimento acerca do meio ambiente, ainda de forma conservadora e bancária, sendo a mesma permeada apenas em disciplinas como Biologia, Geografia etc., de forma fragmentada. Isso sem estar contida em currículos e muitas vezes não abordando as problemáticas ambientais locais, apenas inquirindo discentes sobre sua percepção dos problemas ambientais mais genéricos, sem lançar mão de uma construção histórica da trajetória da temática e de procedimentos pedagógicos que se desdobrem em uma subjetividade.

A relação homem/natureza se expressa em contextos históricos diferentes e menos sistematizados, mas de forma predatória, com desdobramentos à pertinente destruição de espaços naturais e da qualidade da vida no Planeta.

Tanto para Rousseau, Malthus ou Marx (séc. XIX), de forma diferente, a relação de poder entre as representações homem/natureza era pouco vislumbrada, pois as especulações desses pensadores não apontavam para a preocupação direta entre ecologia/escola, no mínimo mencionavam as problemáticas ambientais relacionadas a outras variáveis, como política, economia e trabalho. Somente nas décadas finais do século XX, é possível assinalar uma produção consistente nesta área. Mesmo a palavra ecologia “só se tornou corrente para o grande público no início dos anos 70” (WALDMAN, 1997: p.7).

^{*}Teoria pautada por princípios da Série ISO 9000, que trata da qualidade total do produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a relação entre as categorias aqui apresentadas é diametralmente fragmentada, principalmente, quando os postulados, como conferências internacionais e nacionais, legislação, documentos diretivos do Ministério da Educação (MEC) e o pensamento concebido pela escola e sua prática pedagógica, destoam dos procedimentos exigidos pela crise ambiental instalada no seio da sociedade.

REFERÊNCIAS

LAGO, Antonio. *O que é Ecologia*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1984.

ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2001.

WALDMAN, Maurício. *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo. 3º ed. – São Paulo: Contexto, 1997.

BRANCO, Murgel Samuel. *O meio ambiente em debate*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

CARDOSO, Cínara. *A educação ambiental nas escolas públicas do município de Presidente Figueiredo*. Manaus: Dissertação, 2002.

ORTIZ SARABIA. Raul. *Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental na Amazônia*. Manaus: Edua, 1999.

MARQUES, E. U. Walter. *Infâncias (pré) ocupadas: trabalho infantil, família e identidade*. Brasília: Plano Editora, 2001.